

Esforço para definir orçamento após o carnaval

Ideia é comissão votar no dia 11 de março. Mas há dúvidas

Por Gabriela Gallo

Como já era previsto, o Congresso organiza-se para começar finalmente a votar o orçamento depois do carnaval. Mas, mesmo assim, ainda há situações não resolvidas que poderão atrasar ainda mais a apreciação. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO, deputado Julio Arcoverde (PP-PI), convocou uma reunião para discutir e eventualmente votar o Orçamento no dia 11 de março (terça-feira da semana pós carnaval), a partir das 15h. Para o projeto ser aprovado, o relator da medida, senador Angelo Coronel (PSB-BA) precisa entregar o relatório final da proposta (PLN 26/2024) antes das discussões.

Todavia, o relator do Orçamento declarou nesta terça-feira (25), que o tempo proposto não será suficiente para os deputados e senadores que compõem a comissão discutirem todos os pontos pendentes que causaram conflitos entre os poderes (como o programa social do governo Pé-de-Meia e as emendas parlamentares).

“Acho muito difícil acontecer no dia 11”, declarou. “Neste dia, nós deveremos conversar com os líderes, começar a ajustar alguns pontos. O mais provável é que venha a ser votado na semana seguinte, na semana do dia 17. Vou combinar com o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre [União Brasil-AP] para que a gente possa votar na CMO e, em seguida, votarmos no plenário. Mas primeiro temos que acordar isso com o presidente do Congresso porque é ele que faz a convocação para o plenário”, destacou Angelo Coronel.



Saulo Cruz/Agência Senado

Coronel duvida que conseguirá votar orçamento em 11 de março

Atraso

Assim, o país vai entrando no terceiro mês sem orçamento aprovado. O texto inicialmente deveria ter sido votado no final de 2024, mas teve a discussão adiada devido a falta de acordo entre governo federal e parlamentares – como a votação da PEC de Corte de Gastos propostas pela equipe econômica do governo, e os embates entre congressistas e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as emendas parlamentares. Como o Orçamento ainda não foi definido pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo fica limitado a realizar apenas despesas essenciais ou obrigatórias na ordem de 1/12 do valor previsto a cada mês.

E essa falta de um Orçamento gera um desgaste entre Executivo e Legislativo. Um exemplo é o programa Pé-de-Meia, que oferece um valor de R\$ 200 reais mensais para estudantes do ensino médio que

estudem na rede pública para evitar evasão escolar. A viabilização do pagamento do programa teve de ser discutida em julgamento Tribunal de Contas da União (TCU), após recurso de parlamentares da oposição, já que o repasse dos recursos ainda não estava previsto no Orçamento da União.

O relatório preliminar de Coronel determina que as receitas e despesas de 2025 estarão fixadas em R\$ 5,8 trilhões, além de prever um crescimento real de 2,64% no Produto Interno Bruto (PIB) – uma inflação acumulada de 3,3% e taxa básica de juros (Selic) média de 9,61% ao ano. A depender do que for definido na CMO, os valores podem mudar.

Emendas

Um dos principais motivos do texto não ter sido votado em dezembro de 2024 foram os questionamentos e exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a transparência

e rastreabilidade das emendas parlamentares. Nesta quinta-feira (27), está agendada uma nova reunião entre representantes dos Três Poderes para chegarem a um acordo.

Todavia, o ministro do Supremo Flávio Dino, relator dos casos que tratam das emendas, adiantou que os imbrólios envolvendo as emendas não serão resolvidos apenas na reunião de quinta-feira. Esta é a segunda vez que os representantes do governo se reúnem para definir regras e exigências para as emendas. A declaração ocorreu nesta segunda-feira (24) em entrevista coletiva antes de um evento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

“O problema será resolvido nesta semana? Não, certamente que não. Novos passos positivos serão dados, como já foram. Lembremos que há seis meses não havia informações públicas, não havia regras para emendas Pix”.

Protocolada a PEC que reduz a escala de trabalho 6X1

Por Gabriela Gallo

A deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) protocolou, nesta terça-feira (25), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025, que determina o fim da escala de trabalho 6X1 – seis dias de trabalho para um dia de folga. Ela conseguiu 234 assinaturas, 63 a mais do que o necessário para que o texto tramitasse na Casa. Em coletiva de imprensa, a parlamentar informou que ainda não teve tempo de conversar sobre o tema diretamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), mas deve fazê-lo após o carnaval. Como as assinaturas vieram de parlamentares tanto da esquerda, quanto do centro e da direita, Hilton declarou que está otimista de que a PEC será devidamente analisada e aprovada.

Na coletiva também estava presente o vereador do Rio de Janeiro Ricardo Azevedo (PSOL-RJ) – fundador do movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT) que defende o fim da escala 6X1 – que convocou trabalhadores a participarem de atos em todo país em 1º de maio, pelo fim da escala de trabalho. Agora, falta um deputado federal ser definido como relator da proposta e ela tramitará na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, depois em uma comissão especial sobre o tema para finalmente ser



Lula Marques/Agência Brasil

Erika Hilton obteve 234 assinaturas para a PEC

votada no plenário da Câmara.

Na coletiva, a líder do PSOL na Câmara, deputada Talíria Petrone (RJ), defendeu que a proposta se trata de um projeto “fundamental para a saúde mental dos trabalhadores” e também para uma melhor produtividade. “Para aqueles que estão pensando na produtividade do mercado de trabalho, não adianta, trabalhadores exaustos também produzem menos”, destacou.

O projeto

Atualmente, a Constituição prevê o cumprimento da jornada de trabalho de 44

horas semanais dentro do período de seis dias de trabalho com um dia de descanso remunerado. Geralmente, essa jornada para a escala de trabalho é utilizada no setor de varejo, indústria e em setores econômicos que inviabilizam a paralisação da atividade. Mas, para além da redução da jornada de trabalho, se aprovado da forma como se encontra, o texto propõe reduzir a carga horária de 44 horas para o limite semanal de 36 horas semanais, no modelo de trabalho 4X3 (quatro dias de trabalho para três dias de folga), facultando-se a compensação da jornada por acor-

do ou convenção coletiva.

“Em síntese, a intenção é retirar um dia de trabalho para viabilizar uma carga horária menor e poder privilegiar o empregado a gozar de qualidade de vida”, explicou ao Correio da Manhã o advogado sócio da área trabalhista do escritório Almeida Prado & Hoffmann Sergio Pelcerman.

Conflitos

A medida trouxe grande repercussão e apoio popular, mas também trouxe grande repercussão dos impactos econômicos da medida. Parlamentares e entidades contrárias à medida alegam que, se a medida for aprovada sem uma contrapartida para as mudanças ou eventual redução do trabalho, acarretará em desemprego e inflação. Dentre os pontos levantados pela oposição à PEC, muitas empresas demitirão em massa funcionários ou levarão os trabalhadores a buscarem uma segunda fonte de remuneração.

Para a reportagem, o advogado trabalhista Felipe Mazza do Efcan advogados concorda com os eventuais impactos negativos. “Na minha visão, trata-se de uma alteração muito drástica na atual dinâmica da relação de trabalho e trará impactos ao mercado, uma vez que, ou a hora do empregado ficará mais cara ou o empregador terá de dispensar seus empregados”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Jose Cruz/Agência Brasil

Lula tem dado sinais contraditórios sobre reeleição

Vai ou não vai de Lula em 2026 pauta a oposição

A direita está com um olho no gato e outro no peixe em relação à eleição de 2026. Até setores do PL admitem a inviabilidade de uma candidatura de Jair Bolsonaro, declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral e com grandes chances de ser condenado e preso.

Muita gente reclama da insistência do ex-presidente em se dizer candidato ao Planalto, alega

que isso atrapalha articulações em torno de outro nome.

Mas o que segura o grupo é a indefinição de Lula em torno de uma tentativa de reeleição. O eventual anúncio de uma desistência do presidente daria a largada para a busca de candidatos — até partidos do Centrão ampliado, como PSD e MDB, poderiam largar o governo e migrar para a oposição.

Kassab

“O compromisso do Kassab (Gilberto, presidente do PSD) é com o Lula e com nenhum outro nome. Sem Lula, ele fica livre”, diz um importante parlamentar do PL. Outro político do partido frisa que a queda na popularidade do presidente deixa o Centrão assanhado.

Sem pressa

De qualquer forma, há um consenso de que o quadro tende a demorar a se definir. Primeiro, é necessário “tirar os dois (Lula e Bolsonaro) da frente”; depois, ainda é muito cedo pro Centrão tomar a atitude radical e contra seus princípios de sair de um governo.



Fabio Rodrigues-Pozzobon/ Agência Brasil

Oposicionistas temem candidatura de ministro do STF

Com Haddad desgastado, Dino é visto com preocupação

A oposição comemora o desgaste do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Atrapalhado no caso Pix, a taxa da blusinhas e até o tropeço na implantação do Plano Safra são encaradas como decisivos para afastá-lo da condição de eventual substituto de Lula na corrida presidencial de 2026.

Na avaliação de lide-

ranças do grupo, seria difícil encontrar alguém para encarar disputa caso o presidente desista da reeleição.

A possibilidade de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, largar a toga e voltar ao campo político em 2026 é tida como improvável — mas, mesmo assim, vista com preocupação.

Problemas

Oposicionistas dizem que não pegaria bem para Dino largar o STF pouco mais de dois anos depois de entrar na corte. Sua atuação contra emendas parlamentares também dificultaria sua articulação com o universo político, complicaria apoios de partidos.

Causa própria

O PL pretende ressaltar a atuação de Dino nos prováveis processos contra o ex-presidente. Quer mostrar que ele atuará em causa própria caso venha a jogar pesado (a defesa de Bolsonaro até pediu que ele e Cristiano Zanin sejam impedidos de atuar nos casos).

‘Marechal’

Reformado em 1997, o general José Antônio Nogueira Belham, um dos apontados pela Comissão da Verdade pela morte do ex-deputado Rubens Paiva, foi para a reserva na condição de “marechal” — a quinta estrela, porém, brilha apenas no pijama e no contracheque.

Alvo

Normas das Forças Armadas permitiam que, na passagem para a reserva, militares ganhassem um posto na carreira. Ele recebe R\$ 35.991 mensais. Ele é um dos alvos do processo no STF que pede a anulação da anistia em casos de crime contra a humanidade.